

Daniel Piñeiro Rodriguez

# O DIREITO FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DE DADOS

*Vigilância, Privacidade e Regulação*

*Apresentação:*

Amanda C. Thomé Travincas

*Prefácios:*

Ingo Wolfgang Sarlet

Regina Linden Ruaro

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2021

Copyright © 2021 by Daniel Piñeiro Rodriguez

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

R696d

Rodriguez, Daniel Piñeiro

O direito fundamental à proteção de dados : vigilância, privacidade e  
regulação / Daniel Piñeiro Rodriguez. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.  
232 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 183-210.

ISBN 978-65-5510-606-0

1. Direitos fundamentais. 2. Regulação. 3. Proteção de dados - Brasil.  
4. Sociedade de vigilância. I. Título.

CDD 342.810664

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Introdução.....	1
1. A Sociedade de Vigilância e os Novos Contornos do Direito Fundamental à Privacidade .....	5
1.1 Panoptismo no século XXI.....	8
1.2 O que há de errado com uma sociedade de vigilância? .....	12
1.3 Traços de vigilância: sociedade de classificação e avaliação de riscos ....	14
1.3.1 Discriminação digital.....	19
1.3.2 Vigilância e consentimento na construção da subjetividade .....	27
1.4 O direito à privacidade: dimensões culturais e construção dogmática .....	32
1.4.1 A construção e evolução dogmática do direito à privacidade .....	37
1.4.2 Distinções entre intimidade e vida privada: a teoria das esferas e o caso Elfes .....	41
1.5 O surgimento de um novo direito a virada qualitativa na abordagem da privacidade .....	50
2. O Sistema Europeu de Proteção de Dados Pessoais .....	53
2.1 O desenvolvimento do direito à autodeterminação informativa no contexto alemão.....	55
2.2 Danos por má-utilização de dados pessoais na experiência legislativa alemã.....	62
2.2.1 Danos materiais .....	62
2.2.2 Danos imateriais.....	64
2.2.3 Prevenção e ganho de lucros como critérios de avaliação.....	66
2.3 A proteção de dados pessoais no sistema europeu.....	70
2.3.1 Nada a esconder? As lições deixadas pela Diretiva 2006/24/CE e o possível entrincheiramento da esfera privada .....	78

2.3.2 A tutela especial dos dados sensíveis.....	85
2.4 A tutela oferecida pelo ordenamento jurídico espanhol.....	91
2.5 A constitucionalização material da proteção de dados .....	97
2.5.1 O direito na visão da Corte Europeia de Direitos Humanos (Estrasburgo).....	102
2.5.2 O direito na visão do Tribunal de Justiça da União Europeia (Luxemburgo) .....	107
2.6 Fronteiras inexistentes? Os desafios à proteção de dados pessoais no território informacional .....	112
3. Regulação e Proteção de Dados Pessoais: Desafios e Possibilidades .....	115
3.1 Convergência de atuação política e princípios básicos de regulação ....	118
3.1.1 Limitação de coleta .....	120
3.1.2 Qualidade dos dados .....	123
3.1.3 Finalidade .....	126
3.1.4 Segurança .....	129
3.2 Modelos regulatórios e o papel das autoridades reguladoras frente à dimensão objetiva dos direitos fundamentais.....	132
3.2.1 Insuficiências da regulação setorial no direito brasileiro e a nova Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei n. 13.709/2018) .....	139
3.2.2 Abandonando a simbologia do habeas data e antigos paradigmas de consentimento.....	149
3.2.3 A ANPD e a dimensão objetiva dos direitos fundamentais.....	159
3.2.4 Desafios administrativos à regulação informacional no Brasil...	166
3.3. O reconhecimento do direito fundamental à autodeterminação informativa pelo Supremo Tribunal Federal .....	170
Conclusão .....	179
Referências .....	183